



## **A Santa Casa de Misericórdia de Campos dos Goytacazes e conflitos corporativos: entre o Antigo Regime e o Estado de polícia (1785-1802)**

*Hiago Rangel Fernandes, Claudia Cristiana Azeredo Atallah*

O trabalho a ser apresentado é fruto da pesquisa de Iniciação Científica fomentada pela FAPERJ e orientada pela profa. Dra. Claudia C. Azeredo Atallah. Partindo de uma microanálise regional, o objetivo foi investigar a dinâmica político-social em torno da fundação da Santa Casa de Misericórdia em Campos dos Goytacazes pela Irmandade Nossa Senhora Mãe dos Homens, na década de 1790. A partir de transcrições e cruzamentos de fontes, como cartas camarárias, representações e requerimentos submetidos ao Conselho Ultramarino, buscamos compreender as motivações para a sua criação a fim de perceber até que ponto se estruturou pela influência de ciências médicas policiais e mercantilistas que circulavam no Império português, também a relação de agentes locais na busca por prestígios, e os conflitos com outras corporações e autoridades religiosas. Foi-nos possível perceber que a Santa Casa foi instituída em meio à preocupação com a conservação da saúde dos povos em curso pelas reformas institucionais do reinado de D. José e ministério do Marquês de Pombal, que crescera diante do aumento populacional e econômica do distrito de Campos dos Goytacazes a partir dos anos 1780. Apesar da provável influência das teorias modernas e diante da razão de Estado policial, a Santa Casa foi criada e movida pelo zelo caritativo diante de uma estrutura tradicional de Antigo Regime, que não estaria à parte das dinâmicas político-sociais, como a busca por nobilitação através de seus cargos, das redes clientelares e conflitos com outras associações e clérigos. Uma das controvérsias que analisamos foi a que envolvia a Santa Casa e a Igreja Matriz, dirigida pelo pároco Bartolomeu M. da Mota. Em sua representação à rainha D. Maria I pelo Conselho Ultramarino, o pároco denuncia o que considerava como excessos da Misericórdia por se isentar dos emolumentos paroquiais e também por enterrarem em seu cemitério brancos e livres, quando deveriam ser enterrados na igreja em que eram paroquianos, segundo ele. Tratava-se de uma disputa que envolvia fatores econômicos como as esmolas de tumba, mas que estava intimamente ligada a questões simbólicas como a busca por prerrogativas e afirmações de hierarquias. Discutimos, portanto, a inevitabilidade da inserção de uma instituição voltada para a saúde da população numa sociedade hierarquizada de Antigo Regime em fins do século XVIII, materializada numa estrutura tradicional caritativa, em meio a preocupações iluministas higienistas.